

O negociador oficial da dívida externa brasileira, Jório Dauster, diz que há avanços dos dois lados e que só volta ao País com um acordo acertado com os banqueiros.

# Acordo é questão de dias, anuncia Dauster.

JOEL SANTOS GUIMARÃES

As negociações visando o fechamento do acordo com os bancos credores, para o pagamento dos juros atrasados da dívida externa, "estão na reta final e as partes devem bater o martelo em questão de semanas". Foi o que revelou ontem, por telefone, ao **JT**, o embaixador Jório Dauster, negociador oficial da dívida brasileira. Ele está em Nova York há mais de um mês conversando com os bancos credores. Dauster, que tem ordens de só retornar quando concluir as negociações, não esconde seu otimismo e acha que em breve estará de volta "matando as saudades da família".

Embora não tenha revelado o que ainda impede a assinatura do acordo, o embaixador adiantou que as negociações avançaram bastante e que hoje já existe um esboço final, "um esqueleto do acordo". Um dos pontos onde há maior dificuldade é o que define o percentual de pagamento dos juros atrasados, que até 31 dezembro totalizavam US\$ 8 bilhões. O Brasil já manifestou aos credores sua disposição de pagar o equivalente a 20% dos juros atrasados, o que corresponde a US\$ 1,6 bilhão. Os bancos insistem em receber 28,75%, ou US\$ 2,3 bilhões.

Com base no que vem discutindo com os bancos, Jório não tem dúvidas de que uma solução intermediária deverá resolver a questão. Ou seja, o Brasil pode, dependendo das condições, aumentar sua proposta e os credores reverem sua intenção de receber os 28,75% dos juros atrasados. Essa possibilidade foi admitida por um representante no Brasil de um grande banco norte americano. Ele revelou que pelas informações recebidas da matriz há uma dispo-

Dauster: as negociações avançaram bastante e já há um esboço final do acordo.



sição dos credores em reduzir a exigência inicial a algo em torno de 26%. Com isso, o Brasil teria que pagar sobre os US\$ 8 bilhões de juros atrasados US\$ 2,08 bilhões — um redução de US\$ 220 milhões em relação à pretensão inicial dos bancos.

A mesma fonte creditou a maior flexibilidade dos bancos americanos em relação ao Brasil à possibilidade da Interagency Country Exposure Risk Committee (Icerc) — uma comissão que avalia os riscos dos empréstimos estrangeiros concedidos pelos bancos norte-americanos — obrigar os bancos credores a lançar até 20% da dívida brasileira como prejuízo. O representante do banco norte-americano no Brasil entende que um acordo poderia evi-

tar esse tipo de recomendação por parte da Icerc, poupando a direção dos bancos de ter que explicar o fato aos acionistas. Questionado a respeito, Dauster preferiu a via diplomática: "Da mesma forma que não gostaria de ver uma autoridade estrangeira comentando sobre fatos do meu país não posso analisar um assunto interno dos bancos norte-americanos."

O embaixador criticou o fato de alguns setores no Brasil, a imprensa inclusive, terem classificado a nova posição diante dos credores como um recuo. Quando o Brasil decidiu aumentar sua oferta, houve recuo; mas quando os banqueiros reduziram suas pretensões a eles foi atribuído um avanço. "Qual é a lógica disso?" — indagou Dauster. Ele reconheceu, po-

rém, que nos últimos dois meses o diálogo com os credores avançou bastante. E atribuiu o fato a dois aspectos: o temor, não concretizado de que a guerra no Golfo provocasse uma explosão nos preços do petróleo e, segundo, as medidas do Plano Collor II, que evitaram a explosão inflacionária.

Para Dauster, o acordo que está prestes a ser firmado não renega as linhas mestras da proposta de renegociar a dívida segundo a capacidade de pagamento. "Em resumo, o que conseguimos até agora, no curto e médio prazo, demonstram isso. Os bancos já aceitaram que, com relação ao pagamento dos juros atrasados, uma parte será feita em dinheiro e outra, mais substancial, será através da emissão de bônus".

## Mas Washington pressiona e o BID bloqueia empréstimo

A pedido dos Estados Unidos, o Banco Interamericano de Desenvolvimento adiou ontem por uma semana a votação de dois empréstimos para o Brasil, num total de US\$ 455 milhões. A iniciativa, provocada pela demora de um acordo entre o governo Collor e os bancos privados sobre os juros atrasados da dívida externa (veja matéria ao lado), foi duramente criticada pelo representante do Brasil no BID, Pedro Malan. O diretor brasileiro disse que, ao aceitar o pedido americano, a administração do BID injetara considerações políticas estranhas ao processo de aprovação de empréstimos da instituição. Os representantes dos países latino-americanos na diretoria do BID apoiaram a posição brasileira. Os diretores dos países industrializados ficaram em silêncio.

O episódio não terá maiores consequências se o governo e os bancos credores chegarem a um entendimento sobre os atrasados nos próximos dias. A ameaça de confrontação na diretoria do BID pode até empurrar os bancos mais rapidamente para um acordo. As negociações estão avançadas e fontes oficiais e bancárias não descartam a possibilidade de o negócio ser fechado rapidamente. Neste caso, os dois empréstimos voltarão à discussão na reunião regular da diretoria do BID, na próxima quarta-feira, e, com toda a probabilidade, serão aprovados.

A reação do diretor brasileiro indica, porém, a possibilidade de o governo pagar para ver e postergar um acordo em Nova York para demonstrar que não aceita nem se submete ao tipo de pressão que Washington escolheu. A iniciativa americana, neste caso, acabaria dando o resultado oposto ao pretendido, pois em lugar de apressar acabaria retardando o entendimento com os bancos.

Se por esta ou outra razão o governo e os bancos não fecharem o acordo sobre os juros até a próxima terça-feira e os EUA mantiverem sua posição, o adiamento da votação dos dois empréstimos do BID ao Brasil será automaticamente ampliado para dois meses. Os créditos destinam-se ao financiamento de um plano de saneamento urbano do ministério da Ação Social (US\$ 350 milhões) e do programa de Ciência e Tecnologia (US\$ 105 milhões).

Em qualquer hipótese, a decisão do Departamento do Tesouro de barrar os dois empréstimos do BID no momento em que o governo e os bancos caminham para um acordo expõe mais uma vez a extraordinária má vontade política com que o governo brasileiro é tratado hoje em Washington. Isso, por ter ignorado os repetidos apelos que recebeu da administração Bush, no ano passado, para um entendimento rápido na questão da dívida.

**Paulo Sotero,**  
de Washington